

DEFENDER KANT CONTRA HEGEL

Não deixa de ser interessante notar que é num volume intitulado "The Cambridge Companion to Hegel" que se encontra uma defesa enérgica de Kant contra as críticas que lhe moveu Hegel.

É seu autor Paul Guyer, professor de filosofia da Universidade de Pensilvânia, que denominou o estudo em que tal defesa tem lugar "Thought and Being: Hegel's critique of Kant"

Deixando de lado o problema da utilização das "Lições de História da Filosofia" (cujo texto, na sua maior parte, não é da mão de Hegel) bem como dos Zusätzen da Enciclopédia das Ciências Filosóficas (também não hegelianos) e, ainda, da "Fé e Saber", obra da juventude nunca aparecida em vida do autor da Fenomenologia, aceitaremos todas as passagens que Guyer invoca (e a sua tradução), procurando averiguar a razão ou sem razão das suas observações.

Ele começa por acusar Hegel de "não se empenhar numa crítica interna, na sua resposta à filosofia teórica de Kant"¹, após ter transcrito o extracto da Enciclopédia, § 41, onde Hegel declara: "ao fim e ao cabo, a objectividade do pensamento no sentido Kantiano é, de novo, em certo sentido, subjectiva"².

Se isto não é crítica interna, não é fácil compreender em que consiste uma crítica interna.

¹ Paul Guyer, 'Thought and Being : Hegel's critique of Kant's theoretical philosophy' in 'Cambridge Companion to Hegel', Cambridge, Cambridge University Press, 1993, p. 121

² O texto alemão é este '... ist nun aber die kantische Objektivität des Denkens insofern selbst wieder subjektiv' e pertence ao Zusatz 2 do ¶ 41 da Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundriss. Usamos a edição da Suhrkamp Verlag, Frankfurt am Main, 1970, vol. 8 das Werke, p. 116.

Hegel situa-se, precisamente, no ponto de vista Kantiano (Enciclopédia § 40) que assevera a objectividade do pensamento (os pensamentos, segundo Kant, são universais e necessários), mostrando que o filósofo da Kritik der reinen Vernunft se contradiz internamente, não é fiel a si mesmo - §... embora universais e necessários são apenas pensamentos nossos, § 40 cit.

Guyer entende que “Hegel não examina as razões próprias de Kant para o seu subjectivismo e não patenteia, assim, porque é que os escrúpulos subjectivistas de Kant são inválidos e de que modo o seu ponto de vista”, dele, Hagel, “pode transcendê-los”³

Seria um pouco estranho que Hegel admitisse um subjectivismo em Kant quando acha que o filósofo de Koenisberg afirma a objectividade do pensamento, ainda que caia na falácia de asseverar uma objectividade meramente nossa, isto é subjectiva. Prosseguindo, Guyer proclama que Hegel “não consegue ver que não é por mero acidente que Kant julga que as categorias necessárias e universais do nosso pensamento estão separadas por inultrapassável abismo da própria realidade”⁴.

A posição Kantiana assentaria em que “todo o necessário e universal tem de ser à priori e, portanto, independente da experiência.... Mas o conhecimento à priori é, apenas, conhecimento de princípios do nosso pensar e não conhecimento das coisas como são em si”⁵. Ora é isso que está, precisamente, em discussão e não pode ser apresentado qual verdade indiscutível.

Além disso, a contrário sensu, parece que, então, a experiência nos daria as coisas em si o que é extremamente anti-Kantiano, pois, segundo Kant, as “intuições sem as categorias são cegas”⁶. Simplesmente, a interpretação a contrário sensu é tudo quanto há de mais falível pelo que se impõe passar adiante.

Por certo, Kant escreveu “nenhumas determinações absolutas ou relativas podem ser intuídas previamente à existência das coisas a

O que traduzimos foi a versão inglesa sublinhando que não se trata de passagem estritamente hegeliana (infelizmente Guyer recorreu bastante a textos deste tipo) e que é a propósito daquilo que o professor de Pensilvânia apresenta e crítica que fazemos as nossas considerações

³ Paul Guyer, op. Cit. , p. 171

⁴ Paul Guyer, op. Cit. , p.172

⁵ Paul Guyer, Idem, ibidem

⁶ E. Kant, Kritik der reinem Vernunft, A/51, B/75, edição Schmidt, Leipzig, Felix Meiner, 1926, p.95

que pertencem, nenhuma podendo ser intuída à priori (A, 26, B 42)” e “por essa razão na medida em que muito pode ser dito à priori acerca da forma das aparências nada pode, de maneira nenhuma, ser dito da coisa em si que acaso estará por detrás dessas aparências (A/49, B/66)”⁷.

Simplemente, estas passagens, a serem argumentos a favor da tese Kantiana-guyeriana não passariam de nova petição de princípio. Com efeito, o que Hegel contesta é a separação entre a existência e a sua determinação, entre aparência (fenómeno) e a coisa em si, incognoscível à priori.

Guyer esclarece que “Hegel não se restringe na sua crítica a Kant ao abismo entre pensamento e realidade; este é apenas um elemento da lista de dualismos kantianos a que se opõe”⁸. E exhibe um trecho do que chama a sua “mais antiga e detalhada crítica de Kant”: “O princípio fundamental comum às filosofias de Kant, Jacobi e Fichte é, pois, a absoluteidade do finito e, resultado disso, a antítese absoluta entre finito e infinito, realidade e idealidade, sensível e supra-sensível e o estar para além do que é verdadeiramente real e absoluto”⁹. Aqui Guyer anota e a nosso ver com razão, que “as várias censuras de dualismos desnecessários... em última análise assentam na sua objecção básica à separação entre pensamento e realidade”. E tira, logo, a seguinte consequência: “que estão todas ameaçadas pelo fracasso de Hegel em atingir a tese fundamental de Kant”¹⁰. Fracasso que consideramos uma simples afirmação arbitrária.

Em todo o caso, misericordiosamente, Guyer proclama: “não se deve concluir que a crítica de Hegel a Kant inteiramente ‘misses the point’. Por detrás do seu aspecto visível, onde, muitas vezes, surge como superficial e até simplesmente falsa, há um germe subterrâneo de motivações verdadeiras”¹¹.

⁷ Kritik der reinen Vernunft, ed. Schmidt cit, pp 70 e 88/89

⁸ Paul Guyer, op. Cit. , p.172

⁹ Hegel, ‘Glauben und Wissen’ in ‘Jaener Schriften, 1801-1807’ vol.2 Werke cit, pp 294-295 ‘welches Verhältnis hat er in der Kantischen, Jacobischen und Fichteschen Philosophie erhalten?... Innerhalb dieses gemeinschaftlichen Grundprinzips – der Absolutheit der Endlichkeit und des daraus sich ergebenden absoluten Gegensatzes von Endlichkeit und Unendlichkeit, Realität und Idealität, Sinnlichen und Übersinnlichen und des Jenseitsseins der wahrhaft Reellen und Absoluten...’

¹⁰ Paul Guyer, op. Cit. P.173

¹¹ Paul Guyer, op. Cit. Ibidem

Mas “para compreender a crítica de Hegel a Kant é preciso compreender os traços mais importantes da filosofia de Kant. O resumo que segue bastará para esse propósito”¹².

Nesta altura deparamos com algo bem estranho. Porque não começou, então, Guyer por expor em linhas breves a filosofia de Kant a fim de depois mostrar onde estava o fracasso¹³ das censuras hegelianas?

De qualquer modo, deixando de lado este tópico, há que reconhecer que a exposição, compreensivelmente resumida, da filosofia de Kant é perfeitamente de aceitar enquanto tal, apenas merecendo um reparo, talvez, quando à sua conclusão, que é deste teor: “A posição de Kant é que podemos explicar porque temos conhecimento à priori da estrutura das aparências” (fenómenos)... “negando o conhecimento da estrutura última da realidade”¹⁴.

Em nossa opinião não é aqui acentuado, como o foi há pouco, que precisamente a essência subjectiva do à priori é que torna impossível conhecer a natureza última da realidade.

Após a resumida exposição do kantismo, Guyer entra na “Crítica de Hegel” a Kant, assinalando-lhe os “pressupostos subjacentes”¹⁵. Começa ele por ocupar-se da maneira como Hegel interpreta as noções kantianas de juízo e apercepção. E escreve “As cruciais interpretações destes conceitos... são evidentes em ‘Fé e Saber’ embora mais tarde desapareçam”¹⁶. Por que motivo se dá ao trabalho de analisar o que Hegel veio a por de lado, é coisa que não nos explica. Atendendo que o fez, vejamos, no entanto, como o fez. Para ele, “segundo Hegel em cada juízo nós obtemos pelo menos uma visão parcial da identidade entre pensamento e realidade”¹⁷.

Ora, anota Guyer: “A compreensão de Hegel do conceito kantiano de juízo... não é a do próprio Kant. Primeiro note-se que Hegel dá-nos a ideia que sujeito e predicado do juízo sintético são idênticos quando à priori... mas Kant não explica a possibilidade dos juízos a sintéticos por meio da identidade – essa é a sua explicação dos juízos analíticos”¹⁸. Assim comenta, sapientemente, Guyer.

¹² Paul Guyer, op. Cit. Ibidem

¹³ Fracasso a nosso ver inexistente

¹⁴ Guyer, op. Cit, p. 177

¹⁵ Guyer, op. Cit. P.178

¹⁶ Guyer, op. Cit. , p.179

¹⁷ Guyer, op. Cit. , 180

¹⁸ Guyer, op. Cit. Ibidem

A expressão 'explicar' aplicada aos juízos sintéticos à priori é, pelo menos, equívoca. Tanto pode significar como são possíveis os juízos sintéticos à priori¹⁹ como averiguar se são possíveis – o que para Kant não tem sentido, pois, para ele, os juízos sintéticos à priori são um facto – “que têm de ser possíveis demonstra-o a sua realidade”²⁰.

A segunda anotação de Guyer é que “a equação entre a predicação judicativa de um universal com a particular e a identidade entre pensamento e realidade está longe de ser uma óbvia interpretação da intenção específica de Kant”²¹. Aceitemo-lo. Admitamos, também, que “a intuição em Kant não é um objecto real particular fora do pensamento, mas antes a singular representação de um objecto”.

O que, todavia, já se não nos assemelha líquido é que “em termos do mais geral contraste entre ser e pensamento, a intuição estaria do lado do pensamento”²².

Kant não deu grande relevo ao contraste entre ser e pensamento embora o desse à dicotomia sujeito/objecto, que não é a mesma coisa. E do lado do sujeito mantêm firmemente a destrinça entre intuição e pensamento, como se pode ver, desde a chamada 'dissertação de 1770' até v.g. a 2ª edição da *Crítica da Razão pura* § 1.

Passemos, agora, ao segundo ponto: a apercepção, a unidade da apercepção. Guyer diz que “Hegel não argumento a favor da sua interpretação de Kant no que respeita a semelhança assunto”²³. Demos de barato que tem razão.

Vejamos qual a interpretação de Guyer: “A ideia kantiana da apercepção transcendental é a ideia da síntese ou combinação de todas as representações de uma forma que me permite reconhecer que, a despeito da diversidade de conteúdos elas são todas representações, pertencendo a um único eu que pode dizer 'eu penso' de cada uma delas”²⁴.

E qual é a interpretação “infundada” de Hegel. De começo, assemelha-se um tanto parecida com a de Guyer “Em Kant a unidade

¹⁹ Kant, *Kritik der reinen Vernunft*, B, 19/20, ed Schmidf cit., pp 51-52

²⁰ Kant, *Kritik der reinen Vernunft*, ibidem

²¹ Guyer, op. Cit., 181

²² Guyer, op. Cit., ibidem

²³ Guyer, op. Cit. P. 183

²⁴ Guyer, op.cit. 181-182

sintética é indiscutivelmente a absoluta e original identidade da auto consciência”²⁵. Claro que logo adiante, como sublinha Guyer, para Hegel “a unidade da apercepção é a absoluta identidade do heterogêneo”²⁶.

Talvez a linguagem não seja muito kantiana mas o certo é que o mesmo Guyer assevera que “é necessário mostrar que a representações compreendidas nesse conjunto unificado são representações de objectos, por isso governadas pelas categorias”²⁷. Sinceramente não se vê que não estejamos perante a identidade do heterogêneo. Evidentemente, em Hegel há a palavra ‘absoluto’ que introduz uma diferença marcante.

O curioso é que tal diferença não surge na maneira como Kant e Hegel vêm a apercepção transcendental, mas sim no enquadramento que dela fazem nas respectivas filosofias, não escondendo Hegel que vê o kantismo criticamente.

Passemos contudo “aos pormenores do criticismo explícito de Hegel a Kant”²⁸ para usarmos a expressão do professor de Pensilvânia.

Em primeiro lugar, temos “o que podemos pensar como as objecções metodológicas a Kant... Destas há duas que são proeminentes”. “Uma é que existe algo de incoerente no propósito kantiano de examinar as faculdades cognoscitivas antes de conhecer Hegel diz ‘o conhecimento é representado portanto como um instrumento’... Mas acha que isso é tão pouco plausível como recusar-se a mergulhar na água antes de aprender a nadar”²⁹. A outra objecção metodológica “é que, a pesar de todas as diferenças face à escola de Hume há qualquer coisa de essencialmente empírico no método kantiano”³⁰.

Guyer sustenta, com severidade, que “prima facie (on their face) as críticas metodológicas de Hegel são amplamente injustas”. E expõe duas contra críticas:

- 1) a sua “(de Hegel)” pretensão que Kant quer examinar as mesmas capacidades cognoscitivas antes de as utilizar... sugere que para

²⁵ Hegel, *Glauben und Wissen*, in *Jeaner Schriften* cit. p.306 ‘bei Kant inwidersprechlich die absolute ursprungliche Identität des Selbstbewusstseins’

²⁶ Hegel *Glauben und Wissen*, in *Jeaner Schriften* cit. P. 307 ‘die... absolute Identität von Ungleichartigen’, Guyer, op. Cit. p. 182

²⁷ Guyer, op. cit., p.182

²⁸ Guyer, op. cit., p. 183

²⁹ Guyer, op. cit. ibidem

³⁰ Guyer, op. cit. , p.184

Kant nós podemos, de certo modo, directamente, examinar as nossas faculdades cognoscitivas, talvez de alguma forma de introspecção como... Locke". A isto convêm replicar que não há uma 'pretensão' hegeliana mas a correcta exposição da posição de Kant. É este que escreve "a crítica da razão acaba por conduzir à ciência"³¹, "A filosofia carece de uma ciência que determine a possibilidade, os princípios e a extensão do todo o conhecimento à priori"³², urge "determinar toda a extensão, limites e conteúdo da razão pura de uma maneira completa"³³ "numa crítica geral da razão"³⁴.

Se algo se pode extrair destas passagens³⁵ é que, antes de se conhecer à priori, tem de averiguar se é possível tal conhecimento³⁶ até onde vai, ou seja, primeiro analisar o instrumento cognoscitivo e, depois então, com ele trabalhar.

Acresce que não há a mínima alusão a introspecção alguma e a referência a Locke na "Fé e Saber" reduz-se a dizer que Kant poderia transcrever a passagem do Ensaio sobre o entendimento humano em que ensina que antes de tudo há que estudar o próprio conhecimento. A primeira contra crítica de Guyer tem bastante de fantasiosa.

2) Examinemos a segunda. Guyer sustenta que Kant não "descreve a estrutura e operações das suas faculdades cognoscitivas... com abstracção de toda a aplicação dessas faculdades... Ao contrário, ... pelo menos naquilo que chama o seu método analítico ou regressivo, Kant faz inferência acerca da natureza das nossas capacidades cognoscitivas... sejam elas específicas, como no caso do alegado conhecimento da geometria, sejam elas gerais como no caso do alegado conhecimento à priori da unidade numérica"³⁸.

Falar no método analítico ou regressivo não é muito adequado aos propósitos de Guyer. Trata-se de um método em que se parte do

³¹ Kant Kritik der reinen Vernunft, B/22, ed. cit., pp 52 e 53

³² Kant, Kritik der reinen Vernunft, B/6, ed. cit., p.42

³³ Kant, 'Prolegomena zu einer jedern künftigen Metaphysik die als Wissenschaft wird auftreten können', in Kants Werke Akademie Textausgabe, Berlin, Walter de Gruyter, 1968, p.261, 263

³⁴ Kant, Prolegomena, ed. Cit., pp 263

³⁵ Poderíamos citar ainda outras

³⁶ No sentido de conhecer o que é supra-experimental ou seja à priori

³⁸ Paul Guyer, op. Cit., p.185

que se procura, enquanto dado, para averiguar as condições da sua possibilidade.

Nessa altura, não sabemos se a geometria ou a aritmética são possíveis e não vemos como se possa fazer inferências a partir delas.

Sem dúvida, Kant apela para as ciências, como o terreno onde estão factualmente os juízos sintéticos à priori. Mas que existam é uma coisa e que valham, gnoseologicamente, é outra. Os seus limites e o seu alcance, no mínimo, tem de ser determinados, no entender de Kant, antes de os aplicarmos aos objectos. Essa determinação é a função da crítica, anterior ao mesmo de se conhecer algo à priori. E como só o conhecimento à priori pode fazer a crítica do conhecimento à priori estamos no paradoxo que Hegel, com razão, denunciou.

Aquilo que Guyer considera o segundo pormenor crítico de Hegel a Kant – “que a lista das categorias kantianas é meramente empíricas” – indigna-o particularmente. Ele acha que é “peculiar”; e responde-lhe assim “Kant pensa que a sua lista de categorias foi sistematicamente desenvolvida, que todas as exigências do nosso conhecimento devem tomar a forma de juízo e de uma análise lógica rigorosa dos vários aspectos do juízo e, portanto, de das possíveis formas de juízo”³⁹.

Antes de mais, não se vê identificação entre vários aspectos de juízo e as possíveis formas de juízo. O “portanto”, não tem pois razão de ser.

Depois o que é certo que Kant ensina que “se abstrairmos de todo o conteúdo de um juízo em geral... encontramos que nele a função do pensamento pode reduzir-se a quatro rubricas”⁴⁰.

Encontrar não é demonstrar que tem necessariamente de haver essas quatro rubricas e só elas. Estamos no plano factual, logo do empírico, Guyer entende uma certa passagem de Kant inspirou a Hegel a acusação de empirismo, passagem deste teor “Esta particularidade do nosso entendimento que pode produzir à priori a unidade da apercepção, apenas por meio das categorias e somente por umas tantas determinadas, é tão pouco capaz de ser explicada como o facto que temos precisamente tais funções de juízo e não outras ou porque o espaço e o tempo são as únicas formas da nossa intuição”⁴¹.

³⁹ Paul Guyer, op. cit. p. 186

⁴⁰ E. Kant, Kritik der reinen Vernunft ed citada, A/70, B/95

⁴¹ E. Kant, Kritik der reinen Vernunft, ed. Cit. B/145-146

Guyer desembaraça-se deste texto chamando-lhe “mistificação”⁴². Ouçamos as suas palavras “Mas esta mistificação é, pelo menos, parcialmente desnecessária”⁴³. E porquê? A sua argumentação é confusa em extremo. Ele diz que “as cagorias, ao invés do espaço e do tempo, podem ser usadas pelo menos para conceber as coisas em si embora não para adquirir conhecimento actual delas”⁴⁴. Se isto afasta a tese que seja inexplicável porque as formas do juízo (e logo as categorias) são as que são e não outras, representa um mistério. As cagorias existentes representam assim um facto, um dado e o resto é... silêncio. Nada as fundamenta enquanto tais.

Guyer entende que a crítica cuja versão nos apresentou está ligada a uma outra de Hegel a Kant; este desnecessariamente” toma as formas inerentes ao pensamento como nada mais do que formas do pensamento e não formas do real como tal”⁴⁵.

Suponhamos que a remontrance hegeliana é exactamente essa e vejamos o que risposta Guyer: “nesta crítica Hegel não toma conhecimento da especial conexão em Kant entre idealismo transcendental e as formas da intuição... as categorias não nos fornecem o conhecimento da realidade, não por qualquer defeito próprio, mas porque requerem a aplicação a intuições sensíveis que são dadas em formas – espaço e tempo – que não podem ser formas das coisas em si”⁴⁶.

“As categorias requerem sempre a aplicação a intenções sensíveis cujas formas não podem ser das coisas em si”, não equivale a dizer que são formas inerentes ao pensamento sem representarem a realidade, consoante sustenta Hegel? Guyer afinal opõe a Hegel... a tese de Hegel.

Anotemos, também, que idealismo transcendental e categorias não são o mesmo e que tal idealismo, uma página adiante, aparece transformado em “idealismo do espaço e do tempo”⁴⁷. Hegel é ainda repreendido por não criticar “o argumento de Kant a favor do idealismo transcendental, em vez de apenas fazer um apelo à identidade entre pensamento e ser”⁴⁸.

⁴² Paul Guyer, op. Cit. ,p.186

⁴³ Paul Guyer, op. Cit. , ibidem

⁴⁴ Paul Guyer, op. Cit. , p. 187

⁴⁵ Paul Guyer, op. Cit. , p.188

⁴⁶ Paul Guyer, op. Cit. , p.189

⁴⁷ Paul Guyer, op. Cit. , p. 190

⁴⁸ Paul Guyer, op. Cit. , p. ibidem

Tal argumento começa por não existir. Insistir em que o pensamento tem de estar limitado pela sensibilidade (o que como dissemos de início é o que precisava de ser demonstrado) ou que, fora do idealismo transcendental, caímos no princípio dos indiscerníveis que é “completamente injustificável” – eis o que igualmente necessitava de prova. Não deparamos, assim, com nenhum argumento mas com pseudo argumentos. E, nessa altura, não se vê porque é que Hegel teria de se ocupar com asserções dogmáticas arvoradas em razões.

Além disso, sublinhe-se que Hegel não faz apelo à identidade de pensamento e ser antes diz – o que é um argumento – que pôr um ‘para além da razão’ é inseri-lo nela e portanto destruir tal posicionamento⁴⁹.

Segundo Guyer, a crítica referida acima esta conexcionada a outra: que “a filosofia de Kant é ‘pensamento formal’... Kant confina a necessidade ao nível das formas gerais sendo contingente a aplicação de tais estruturas gerais a certos particulares” Hegel lastimara que “Kant ligue conceitos e percepções como uma perna a um pedaço de pau”⁵⁰

... “A sua objecção” no entender de Guyer” parece mover-se em dois níveis. Por um lado assemelha-se que é inconveniente que não haja uma conexão necessária entre as formas puras da intuição e os puros conceitos do entendimento... por outro lado assemelha-se que não há necessária conexão entre os conceitos puros do entendimento e as intuições empíricas particulares”⁵¹.

Para provar a exactidão do que Hegel expõe nada melhor do que ouvir o próprio Guyer: “Para Kant é óbvio que a situação humana requiere o esforço de aplicação de categorias e princípios que vem de dentro a percepções que vem de fora e assim é óbvio que haverá um irremediável elemento de contingência na aplicação das categorias às intuições empíricas”⁵²... “é possível que as formas da intuição sejam outras do que são sem que as formas de juízo difiram das que são”⁵³ Guyer observa que nos seus dois níveis a objecção hegeliana “pareceria ininteligível” a Kant . A observação

⁴⁹ Hegel, Enzyklopädie ed. Ciatda, § 44

⁵⁰ Paul Guyer, op. Cit. , p.190

⁵¹ Paul Guyer, op.cit. , p. 192

⁵² Paul Guyer, op. Cit. , p.193

⁵³ Paul Guyer, op. Cit. , p.192

não é propriamente genial. Se Kant achasse inteligível o ponto de vista hegeliano ipso facto não seria Kant.

E, nem, por Kant julgar ininteligível a crítica de Hegel, deixa de ser verdade que o kantismo é um formalismo. Se o formalismo tem ou não razão eis o problema a discutir e a que Guyer se furta, deixando-o para a “crítica da faculdade da razão” dirigida pelo autor da ‘Filosofia do direito’ ao da ‘Metafísica dos costumes’.

Simplemente quando chega aí a questão do formalismo esbate-se, ainda que seja em si mesma básica.

Com efeito, como ajustar as formas à priori à matéria à posteriori? Como há um instrumento – o esquema – que conexiona esses planos tão díspares?

Claro que se Kant tivesse visto essa aporia não seria quem era. Ela não deixa contudo de existir. E, por isso, a objecção de formalismo é uma autêntica objecção provida de toda a razoabilidade, abrindo caminho para a compreensão do que vulgarmente se chama a dialéctica, que procura fundamentalmente a unidade do diverso através da *Aufhebung*.

É pena que num estudo que pretende ser (justamente com outros) a “Companion to Hegel” não se aborde uma temática desta ordem.

Continuemos a escutar Guyer : « Kant acredita que o ideal dum sistema em que, se não os factos particulares mas pelo menos as leis particulares da natureza parecessem ser tão inteiramente necessárias como as leis inteiramente formais da natureza fornecidas pelas categorias é um ideal necessário da razão humana »⁵⁴, irrealizável embora.

Isto leva « a um mais largo exame da crítica de Hegel à concepção das faculdades da razão pelo que nos debruçaremos sobre esta antes de ulterior discussão sobre os ideais regulativos »⁵⁵.

Assim entramos na última parte da «Hegel’s critique » : « The bill of particular ».

Na opinião de Guyer duas são as grandes queixas que Hegel dirige à forma kantiana de tratar a razão. A primeira é que « nas mãos de Kant a faculdade razão é vazia »⁵⁶ a outra é que « Kant nunca atribui realidade completa às ideias da razão que permanecem apenas postulados »⁵⁷.

⁵⁴ Paul Guyer, op.cit. p. 193

⁵⁵ Paul Guyer, op. cit., obidem

⁵⁶ Paul Guyer, op. cit, ibidem

⁵⁷ Paul Guyer, op. cit. p.194

Guyer diz, em réplica, que « pelo menos nos seus comentários à concepção kantiana de razão Hegel não oferece nenhuma sugestão acerca de como a razão fornece o seu próprio conteúdo »⁵⁸.

Supomos que nas « Lições de História da Filosofia », III parte, secção B) dd e y está claramente apontado como a razão é o ser. Mas que não esteja. Na exposição e crítica de Kant não tem de estar forçosamente o caminho do desenvolvimento da razão. A própria filosofia de Hegel é o acto em que a razão dá o seu próprio conteúdo. Certo ? Era isso que interessava discutir e que Guyer não faz.

Ele termina esta parte do seu ensaio com um argumento que porventura julga esmagador.

Hegel é censurado por não ver que « se Kant não tivesse, rigorosamente separado pensamento e ser, forma e conteúdo, categorias e intuição empírica, princípios racionais e natureza sensível, não haveria separação entre o necessário e o contingente e neste caso o necessário não teria sido trazido ao contingente, mas antes o contingente de toda a verdade particular teria abalado toda a verdade necessária »⁵⁹.

Começamos por achar aqui uma « underlying assumption » ; que ser, natureza sensível, intuição empírica são mais ou menos o mesmo, o que é mais do que duvidoso.

A questão toda é se afirmar por um lado o ser e do outro o pensamento é equivalente a situar de um lado a forma e do outro conteúdo, ou as categorias e a intuição empírica. Dar a questão, desde logo, por resolvida é *petitio principii* grosseira. E, também, há que perguntar se se fundir o necessário com o contingente é o necessário que se torna contingente ou o contingente um momento do necessário.

Sem pretender 'uma discussão pormenorizada'⁶⁰ Guyer aborda a crítica hegeliana à filosofia ética de Kant em cerca de duas páginas. Ele sustenta – e nesta altura parece-nos com razão – que Hegel atribui à moral kantiana o mesmo dualismo que vislumbra na sua filosofia teórica. E o que faz é defender esse dualismo, quando,

⁵⁸ Paul Guyer, op. cit. , p.196

⁵⁹ Paul Guyer, op. Cit. , p.198

⁶⁰ Paul Guyer, op. Cit. , p.196

⁶¹ E. Kant, Kritik der praktischen Vernunft, in Kantswerke, Akademie Texre Ausgabe, V, Berlin, Walter De Gruyter,1968, pp 80-81

pela nossa parte, precisamente, entendemos que ele não tem lugar. A razão pura enquanto prática é, por si, lei e, para o ser humano, imperativo, sem que nenhuma matéria sensível a limite enquanto lei ou imperativo, ou contribua para constitui-la enquanto lei ou imperativo. Ao invés, para Kant, quando há moralidade está-se sempre a contrariar uma inclinação⁶¹. E se a universalidade é forma da lei prática é uma forma que representa igualmente um conteúdo, é uma maneira determinada e precisa da vontade agir, logo não constitui nada de vazio.

No que concerne a semelhantes pontos é que escalear Hegel e exaltar Kant teria a nosso ver uma ampla justificação. Infelizmente não vemos isso. O que vemos é a justificação de um dualismo inexistente.

Aproximemo-nos da 'Conclusão'

Nela Guyer aborda a opinião de Hegel sobre o 'Intellectus Archetypus' de Kant que é dito ser 'apenas uma gráfica expressão das inevitáveis limitações do conhecimento humano'⁶² e não 'o relâmpago de uma mais profunda realidade'⁶³ como pretenderia Hegel.

Em todo o caso, as próprias palavras de Guyer 'o intellectus archetypus pode ser tomado como eliminando a contigência na relação das várias partes com o conceito de todo'⁶⁴ e segundo Kant 'contrasta com o nosso entendimento discursivo que tem necessidade de imagens'⁶⁵.

Não há a mínima dúvida que estamos, ainda que só episodicamente, para além da Ideia tão só regulativa e do entendimento ligado, para funcionar, à intuição sensível. Para o indicar a imagem de um relâmpago não se nos assemelha inadequada. A terminar Guyer investe contra a passagem de Hegel na 'Enciclopédia das ciências filosóficas' que, na sua tradução, rezaria assim : 'chamar uma coisa finita ou limitada prova por implicação a verdadeira presença do infinito ou do ilimitado'⁶⁶. Talvez fosse melhor verter

⁶² Paul Guyer, op.cit. , p.199

⁶³ Paul Guyer. Op. cit. , ibidem

⁶⁴ Paul Guyer, op.cit. p.201

⁶⁵ Paul Guyer, op. cit mencionando uma passagem de Kant, também aplicável à nota anterior. Cfr. E. Kant, Kritik der Urtheilskraft, & 77 in Kantwerke, Akademie Textausgabe, Berlin Walter De Gruyter, 1968, pp. 407 e 408

⁶⁶ Hegel, Enzyklopadie ed. citada § 60 'Als Schranke, Mangel wird etwas nur gewusst, já empfunden indem man zugleich darüber hinaus ist... Schranke, Mangel

'wirklich Gegenwart' por presença efectiva em vez de verdadeira presença. Mas não interessa. O que interessa é que seria bom ter saltado a palavra 'conhecimento' nem ter truncado o texto hegeliano que continuava desta forma 'O saber do limte apenas pode existir na medida em que o ilimitado está do lado de cá na consciência'⁶⁷

Ao texto, por ele mutilado, Guyer classifica-o 'não apenas um dos mais velhos argumentos dos livros de filosofia mas o pior'⁶⁸. E transformando-o numa espécie de argumento ontológico avança resolutivo sobre ele 'É simplesmente falso que se tenha de conceber algo que não possua certa propriedade para conceber essa propriedade como um defeito ou limita'⁶⁹. Se era isso que Hegel se estava a referir... O que ele afirma é que, para conceber a ausência de ou o limita já tenho de ter na minha consciência o que está para além do limite. E se alguém o parece estar a dizer, igualmente, é o severo Guyer, usando na sua argumentação os seguintes exemplos 'Eu posso tratar 'ser sujeito à dúvida' como limite ou defeito 'unicamente porque vejo como seria belo não ter dúvida'⁷⁰. E, afinal, o que Hegel assevera : só posso ter o limite ou defeito 'dúvida' se tiver a noção do indubitável, ou seja, a ideia do que se não pode duvidar. 'Eu posso tratar mortal como limite se penso que seria lindo viver sempre' ⁷¹.

Certo! Mas Guyer acrescenta logo às passagens transcritas 'sem supor que exista um ser sem estas limitações'⁷². O que, em geral, é verdade, mas não em todos os casos. Em geral é verdade mas não é uma verdade geral.

Baseando-se nos exemplos que deu, Guyer escreve 'eu posso tratar 'sendo dependente de intuições que são independentes dos seus conceitos' como uma limitação porque introduz um ineliminável

des Erkennens ist ebenso nur als Schranke, Mangel bestimmt durch die Vergleichung mit der vorhanden Idee des Allgemeinen... die Bezeichnung von etwas als einem Endlichen oder Beschränkten den Beweis von der wirklich Gegenwart des Unendlich, Unbeschränkten enthält, dass das Wissen von Grenze nur sein kann, insofern das Unbegrenzte diesseits im Bewusstsein ist'

⁶⁷ Ver o final da nota anterior

⁶⁸ Paul Guyer, op. cit. , p.204

⁶⁹ Paul Guyer, op. cit. ibidem

⁷⁰ Paul Guyer, op. cit. ibidem

⁷¹ Paul Guyer, op. cit. ibidem

⁷² Paul Guyer, op. cit. ibidem

elemento de contigência no meu conhecimento... sem ter a mínima razão para acreditar que actualmente existe qualquer agente cognitivo que não é passível dessa limitação⁷³. Só sucede que esse conhecimento, com a limitação da sensibilidade, apenas pode ser afirmado se existir um conhecimento que ponha tal limitação e, por conseguinte, está para além dela, isto é, um conhecimento sem a limitação em causa, pois doutra maneira não se conseguiria saber que algo está a limitar o primeiro tipo de conhecimento.

Em suma: pôr um limite é, dum ou doutro modo, sempre ultrapassá-lo. Sem isso, jamais classificariamos o limite como limite nem se teria notícia dele nessa qualidade. Um limite é sempre função do que o supera.

Quem tem razão é Hegel e não o mestre da Universidade de Pensilvânia.

Para além da análise explícita de certos tópicos em 'Pensamento e Ser : a crítica de Hegel a Kant' há que salientar aí silêncios que causam estranheza.

Para além de referências episódicas não deparamos com uma análise, atenta, das noções de coisa em si, númeno, objecto transcendental.

A coisa em si será apenas um conceito limite, consoante sustentam os neo-kantianos, sobretudo de Marburgo, ou uma autêntica realidade extra-pensante? Sem dúvida Guyer refere-se à distinção entre o que aparece e as coisas como são em si, mas refere-se incidentalmente, não se ficando a saber qual a sua posição no tocante ao problema acima mencionado.

Dir-nos que isso não é exacto e que ele toma, claramente, posição, repetindo por várias vezes, que Kant acha que não podemos conhecer as coisas como são em si. Isso, todavia, deixa em suspenso uma decisão acerca da existência ou não existência efectiva das coisas em si, pois que um conceito limite também não é cognoscível..

E a abstenção de Guyer é tanto mais estranha quanto o facto é que o seu estudo se denomina precisamente 'Pensamento e realidade'.

⁷³ Paul Guyer, op. cit. ibidem

E, para além do ponto hermenêutico relativo a Kant, há ainda a questão teórica da determinação da possibilidade de haver uma coisa em si incognoscível, problema que Hegel tratou várias vezes. As suas críticas específicas à 'Ding an sich' enquadravam-se perfeitamente no tema de Guyer.

Como se sabe, Kant, depois dos postulados do pensamento empírico em geral, integrados entre os princípios sintéticos do entendimento, inseriu uma 'Refutação do Idealismo'. Parece que seria natural, quando se aborda o tema 'Pensamento e Realidade : a crítica de Kant a Hegel' (dando-se, de resto tantas vezes razão a Kant), que se procurasse averiguar o alcance da referida refutação, a qual, porventura, poderia até tornar antecipadamente insustentável qualquer identificação entre pensamento e realidade, como a que Hegel defende e está compendiada no célebre lema 'tudo o que é racional é real e tudo o que é real é racional'⁷⁴.

Sobre o problema do anti-idealismo kantiano Guyer fica silencioso, mantendo um estranho mutismo.

Não vamos nós abordar a fundo as temáticas mencionadas, limitando-nos a uns enunciados dogmáticos que representam a nossa opinião, formulada mas não fundamentada.

No tocante à coisa em si julgamos que os neo kantianos estão equivocados. Kant, em passagens extremamente significativas, mostra acreditar na realidade da coisa em si.

Recordemos que Hermann Cohen na 'Teoria kantiana da experiência ensina significativamente: 'Há uma coisa que não é intuível mas pensável, apenas, e que na sua realização como conceito é ideia que completa a sua validade. Este é o significado de coisa em si como Ideia'⁷⁵. Não se ignorando que, em Kant, a Ideia é uma tarefa infinita, eis que claramente a coisa em si é psota qual conceito limite.

De maneira transparente Natorp escreve : 'a conclusão da análise transcendental... converte a coisa em si de limite estático, que a princípio parecia ser, em puro conceito limitativo... de análoga maneira ao ponto infinitamente afastado dos matemáticos que é,

⁷⁴ Hegel, Grudlinien der Philosophie des Rechts, Werke, 7, Frankfurt am Main, 1970, p.24

⁷⁵ Hermann Cohen, Kants Theorie der Erfahrung, Berlin, Ferd. Dummlers, 2 ed. p.505

unicamente, a fórmula que expressa a unidade de direcção sempre constante e inalterável da *recta infinita*⁷⁶.

Cassirer por seu turno acha que 'o conceito de um númeno, isto é, de uma coisa que não é um objecto dos sentidos e meramente deve ser pensada pelo entendimento, se nós admitirmos a sua possibilidade lógica, é em todo o caso um conceito puramente problemático'⁷⁷.

Contra semelhantes pontos de vista não vamos citar os inúmeros textos kantianos em que está expressa a tese que a coisa em si é uma efectiva e indesmentida realidade que está a fundar o fenómeno.

Tal tarefa já foi realizada, de forma magistral por Hans Vaihinger no 'Commentar der Kritik der reinen Vernunft', Stuttgart, Berlin, Leipzig, Union Deutsche Verlagsgesellschaft, 1892, II volume, pp. 1-55 e muito especialmente por Addickes no seu notabilíssimo 'Kant and das Ding na sich', Berlin, Panverlag Rudolf Heise, 1924 (sobre a noção de coisa em si no neo kantiano de Marburgo pode ver-se Helmut Holzhey, 'Cohen und Natorp', Basel, Stuttgart, 1986, 313 e 331).

Teórica, e não hermenêuticamente, a credibilidade da coisa em si, como realidade efectiva parece-nos de pôr de lado. A noção de coisa em si que, embora possamos pensar, desconhecemos, julgamo-la – a asserção é clássica⁷⁸ – contraditória. Que se possa pensar algo que não existe e se considere isso não conhecimento, admite-se e é acontecimento comum. Mas com a coisa em si passa-se precisamente o contrário. Ela é considerada existente e, então, se é pensada é ipso facto conhecida. Ao mesmo tempo, porém, proclama-se que é incognoscível. Contradição patente.

Alías, se fôsse incognoscível mesmo, não a poderíamos pensar, pois como se vai pensar aquilo que não possui nenhuma nota distintiva, visto que é incognoscível?

⁷⁶ Paul Natorp, Kant e a escola de Marburgo, trad. Espanhola de Miguel Bueno, México, Universidade Nacional de México, 1956, p. 28

⁷⁷ Ernst Cassirer, Kants Leben und Lehre, Darmstadt, Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1977, (reimpressão da edição de 1921) p. 230

⁷⁸ Cof, por exemplo a crítica de Jacobi à Ding na sich consoante a expõe Jacques Rivelaygue in Leçons de Métaphysique allemande, Paris, Grasset, 1990, I, p. 125

Passando à refutação do idealismo diremos que ela consiste em oferecer prova 'da existência dos objectos no espaço fora de nós' ⁷⁹.

Quer dizer que o ser pode ser idêntico ao pensamento, uma vez que nem eu sou o pensamento nem aos objectos no espaço se reduz o ser. E como, habitualmente, se considera idealismo a identidade entre ser e pensamento, não se nos assemelha haver dúvida que na sua 'Refutação do Idealismo' Kant não refuta idealismo algum.

António José de Brito

⁷⁹ E. Kant, Kritik der reinen Vernunft, edição cit. , B/275